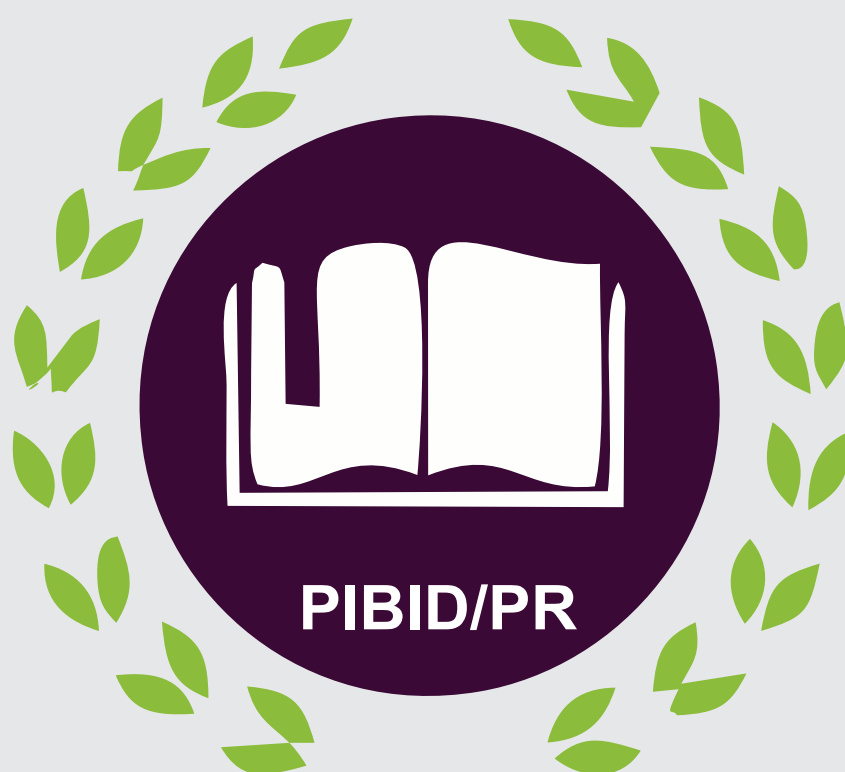


# II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

## Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285

## ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CONTEMPORANEIDADE: O QUE INDICAM OS TEÓRICOS PARA O ENSINO DOS GÊNEROS TEXTUAIS

Edineia Cristiane Volaniuk

A partir das discussões realizadas no grupo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), projeto de Português/Espanhol, este estudo investigativo possui como foco a análise de teorias sobre o ensino de língua portuguesa na contemporaneidade. Considerando o ensino de língua portuguesa, o objetivo principal deste trabalho, que está em fase inicial, é observar e expor o que os documentos oficiais e outros teóricos apresentam sobre como deve ser o ensino dos gêneros textuais, verificando também se os textos abordam e como abordam questões associadas às relações étnico-raciais, história da cultura afro-brasileira e africana. Para chegar a um consenso o referencial teórico será formado, com base nas proposições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica/ Língua Portuguesa (Paraná, 2008), Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004); entre outros.

**Palavras-chave:** Ensino de Português. Africanidades. Gêneros Textuais.

### Introdução

Este trabalho, em fase inicial, tem como propósito fazer um levantamento sobre o que propõem os teóricos e os documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa na contemporaneidade. Pensando no ensino de língua portuguesa, essa pesquisa focaliza no modo como devem ser ensinados os gêneros textuais, outra meta é verificar se os materiais consultados discutem questões associadas às relações étnico-raciais, história da cultura afro-brasileira e africana.

Esta pesquisa está inserida nas atividades do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), projeto de Português/Espanhol. Neste projeto as bolsistas além de realizar observações e intervenções, elegem um eixo temático para desenvolver um estudo investigativo, o qual é elaborado a partir da inserção na escola. Após a investigação será produzido um artigo, com o intuito de apontar o processo de estudo e uma síntese da teoria e reflexão da prática.

Para abarcar as temáticas de maneira clara, este texto foi dividido em duas partes. Na primeira, busca-se destacar como os teóricos e os documentos oficiais indicam que deve ser realizado o ensino dos gêneros textuais nas aulas de português. Por fim a segunda parte abarcará as questões relacionadas ao ensino das africanidades, salientando a forma como devem estar presentes e ser ensinadas nas aulas de língua portuguesa.

### O ensino de língua portuguesa na contemporaneidade: gêneros textuais

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), devido às demandas sociais o ensino de língua portuguesa precisa criar subsídios para que os alunos desenvolvam a competência discursiva. Uma das características dessa competência discursiva é o aprendiz estar preparado para usar a língua de modo diversificado, conseguindo formular diferentes efeitos de sentidos e adequar o texto a distintas circunstâncias de comunicação, tanto oral quanto escrita.

Nos dias atuais, é necessário que o professor possibilite ao discente ampliar sua competência discursiva. Nesta perspectiva o texto recebe então, o foco central do estudo. Precisamos ter em mente que todo texto se estrutura dentro de um determinado gênero textual, por isso, de acordo com os PCN é preciso considerar nas atividades de ensino, a grande variedade de textos e gêneros.

Para as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (DCE), ao abordar cada gênero, deve-se levar em conta “o tema (conteúdos ideológicos), a forma composicional e o estilo (marcas linguísticas e enunciativas).” (DCE, 2008, p. 64). Sadoyama (2011) apresenta que há vestígios fortes de que o que está sendo ensinado não é o gênero em si, mas sim o formato. Para a autora tende-se dar atenção a diversidade de possibilidades em um único gênero, ou seja, explorar as múltiplas possibilidades sociointerativas dele.

As DCE apontam que o docente ao trabalhar com um determinado gênero dará a oportunidade ao aluno de analisar de maneira crítica o conteúdo do texto, assim como seu valor ideológico. Sadoyama (2011) adverte para o perigo de categorizar os gêneros, tendo como pressuposto uma mentalidade meramente normativa, na qual os textos são unicamente classificados. Outro cuidado que precisamos ter segundo Duarte é de não usar o texto “como pretexto para estudar adjuntos, pronomes, classificar sujeito, etc,” (DUARTE, 2008, p. 2) isto é, como pretexto para ensinar apenas gramática.

As DCE destacam que a forma composicional dos gêneros deve ser estudada pelos discentes com a finalidade de entender as especificidades e similaridades das relações sociais numa esfera comunicativa. Para fazer essa análise conforme recomendam as DCE é primordial “considerar o interlocutor do texto, a situação de produção, a finalidade do texto, o gênero ao qual pertence, entre outros aspectos” (DCE, 2008, p. 64). Sadoyama (2011) alega que os gêneros são sempre ancorados em uma situação concreta, por isso muitas vezes se faz indispensável o entendimento do contexto situacional para chegar a compreender totalmente uma produção textual.

As DCE afirmam que é necessário estudar também nos gêneros textuais as marcas linguísticas, através das quais os aprendizes podem compreender os usos da língua e as escolhas feitas dos elementos linguísticos. As DCE expõem que o orientador ao trabalhar nessa abordagem estará incluindo as práticas de leitura, oralidade, análise linguística e escrita. Portanto já que o professor está em contato com seus alunos e com suas dificuldades linguístico-discursivas, ele deve eleger os gêneros escritos e orais que melhor se adequem para a turma e para os objetivos pretendidos.

### **Ensino: relações étnico-raciais, história da cultura afro-brasileira e africana**

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), instituídas pelo Parecer CNE/CP 3/2004, foi a partir da promulgação da Lei 10.639/2003 que se tornou obrigatória a inclusão do ensino de história da cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica. Para Jaroskevicz (2007) a elaboração da lei foi uma conquista muito importante, por isso a instituição escolar precisa colaborar para que se cumpra a norma constitucional e para haja realmente a incorporação desses temas.

1000

Segundo o Parecer CNE/CP 3/2004, com Lei acima busca-se dar o devido reconhecimento e valorização aos negros que formam parte da população brasileira. Para alcançar esse reconhecimento é necessário que sejam tomadas muitas providencias, entre elas: “A adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino.” (BRASIL, 2004, p. 12) Para as Diretrizes através dessa medida e de outras procura-se repelir qualquer tipo de discriminação, seja ela de raça, cor, etc.

Todos sabem que a educação é indispensável para o processo de formação de uma sociedade, pois por meio dela é possível abrir caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. Para isso as Diretrizes defendem que é fundamental uma “reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relação étnico-raciais.” (BRASIL, 2004, p. 13) Por mais que grande parte da população brasileira seja negra, não tem sido suficiente para acabar com preconceitos e estereótipos racistas, privilegia-se ainda a branquidão trazida pelos europeus. As DCE asseguram que lutar contra o racismo, a desigualdade social e

racial não é exclusivamente função da escola, mas ela é decisiva para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados.

Com a incorporação do ensino da história da cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica, procura-se de acordo com as Diretrizes não somente garantir vagas para os negros nos bancos escolares, mas sim valorizar a história, a cultura do povo negro, a sua identidade e seus direitos, tendo como objetivo reparar os danos que repercutem há cinco séculos.

Um ponto que as Diretrizes ressaltam é que não procura-se mudar o foco etnocêntrico, centrado na cultura europeia por um africano, o que busca-se é expandir o enfoque dos currículos escolares, abrindo espaço para a diversidade racial, cultural, econômica e social. Levando em conta essas mudanças os professores, a escola e a coordenação pedagógica necessitam abordar conteúdos que abarquem essas alterações. Portanto seguir a lei e suas propostas não cabe somente ao docente, ao contrário é responsabilidade de todos.

As DCE propõem uma reorganização na política curricular, buscando cooperar para a formação de uma sociedade mais justa e com oportunidades iguais para todos. Nessa concepção um projeto educativo, necessita atender da mesma forma a todos os indivíduos, independentemente de qual seja “sua condição social e econômica, seu pertencimento étnico e cultural e às possíveis necessidades especiais para aprendizagem.” (DCE, 2008, p. 15).

Portanto nas Diretrizes admite-se que, ademais dos conteúdos corriqueiros que devem ser ensinados, as disciplinas trabalham com a produção e dominação que designam as relações sociais, concebem pesquisas científicas e encaminham para discussão questões filosóficas e políticas. Esses conteúdos vêm sendo associados à diversidade étnico-cultural e a problemas sociais atuais, sendo também incorporados como temas ao currículo escolar. Em oposição a essa proposição, as DCE salientam que esses temas devem ser ensinados pelas disciplinas, de modo contextualizado e conectado. “Nesse aspecto destaca-se a necessidade do trabalho pedagógico com a história cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme preconizam as leis 10.639/03 e 11.645/08.” (DCE, 2008, p. 26).

## Conclusão

Pode-se concluir a partir dessas primeiras leituras que não existe uma maneira pronta para efetuar o trabalho escolar. No entanto vivemos em um período em que o surgimento de novas propostas e teorias para as práticas na sala de aula são constantes. Atualmente o ensino

de língua portuguesa tende ser efetivado de forma que favoreça os diversos aspectos e situações de comunicação. Levando em consideração essa perspectiva precisamos eleger textos considerando a grande variedade de gêneros.

Ao ensinar língua portuguesa não devemos nos esquecer e nem deixar de lado as modificações que ocorreram com a promulgação da lei 10.639/2003, a qual torna obrigatória a inclusão do ensino de história da cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica, conquista esta que foi muito importante, por isso a instituição escolar precisa colaborar para que se cumpra a norma constitucional e para haja realmente a incorporação desses temas. É dever de todas as disciplinas debater sobre questões étnico-raciais, história da cultura afro-brasileira e africana, não somente das disciplinas listadas para abordar esses conteúdos.

Até ser finalizado, este estudo investigativo pretende ainda estudar teorias sobre letramentos, multiletramentos e sequências didáticas.

## Referências

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Língua Portuguesa. Curitiba: SEED, 2008.

1002

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

JAROSKEVICZ, E. M. I. **Relações Étnico-Raciais, História, Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Pública: da Legalidade à realidade**. Disponível em: < [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_elvira\\_maria\\_isabel\\_jaroskevicz.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_elvira_maria_isabel_jaroskevicz.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.

SADOYAMA, A. S. P. **Gêneros Textuais e Ensino de Língua Portuguesa**. Disponível em: < [http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume4/adriana\\_santos.pdf](http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume4/adriana_santos.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2014.

DUARTE, D. A. S. **O Ensino de Língua Portuguesa: Perspectivas e Contradições**. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/137-4.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2014.